que lhes permite requerer a convocação de Assembleia Geral para se manifestarem sobre o administrador judicial de quê? De um projeto inexistente.

Se, tal como dito acima, o plano é o eixo ao redor do qual se estabelece a discussão relativamente à viabilidade da recuperação, se nele devem estar expostas as opções ou alternativas que o devedor, (ou seus consultores), consideram melhores para o sucesso do empreendimento, razoável que fosse apresentado juntamente com o pedido.

Tendo como premissa o fato de que a crise empresarial não aparece de inopino, que é um processo cujo evento catalisador, este sim, é determinado, os administradores e emprestatos deveriam ter planos para corrigir desvios de rota, para equacionar ou evitá-los, na medida do possível, por certo, dado ser a empresa atividade de risco, criando mecanismos que, também eles para serem postos em prática, requerem estratégias claras.

Contrariando a lógica mais palmar, requer-se a juntada de informações que poderiam ser apresentadas nesse período de 60 dias como peças contábeis, fluxo de caixa, e até relação de bens pessoais dos sócios. Aparelentemente dá-se à sociedade em crise um período de graça para que, no meio de debates e disputas com os credores, elabore um plano do qual depende sua sobrevivência.

Pior é que o prazo de 60 dias não pode ser prorrogado e a não apresentação do plano dentro desse lapso leva, *ope legis*, à decretação da falência. Como o plano não pode ser sugestivo das medidas que serão adotadas, conforme determina o inc. I do art. 53, devendo expor, de maneira pormenorizada, detalhada, a quais meios se pretende recorrer, será que 60 dias é prazo suficiente? Quando, por exemplo, se propuser a cisão e incorporação da parcela cindida do patrimônio social em outra sociedade, seria necessário indicar não apenas esse procedimento, mas também a sociedade receptor da parcela cindida? E quando se tratar de alienação de bens ou do estabelecimento, interessa saber o valor que se imagina receber? O que fazer quando não houver interessados? A segunda melhor opção (*second best*) deve estar contemplada?

Melhor seria que se entregasse, com o pedido, uma proposta, um esquema do plano e que, no prazo de 30 dias da publicação do deferimento do pedido, se juntasse aos autos seu detalhamento. Afinal, quem, para protocolar o pedido de recuperação deve apresentar os documentos relacionados nos vários incisos do art. 51, notadamente o determinado no inc. I, tem, ou deveria ter, um projeto de ajustes para reverter a crise.

Afinal, a ameaça de ter decretada a falência por falta de apresentação do plano no prazo legal deveria ser estímulo suficiente para que o plano fosse preparado com maior antecedência, isto sem ter em mente que, mal elaborado, não convincente, sua rejeição pelos credores também leva à falência.

A contagem do prazo que pode beneficiar o devedor, pois lhe dá, ao menos em tese, mais tempo para preparar a demonstração, é ineficaz. Melhor foraque o projeto, ou ao menos um pré-projeito fosse apresentado com a inicial, o que daria aos credores mais tempo para analisarem e, na primeira Assembleia Geral, começar a discussão sobre sua viabilidade.

Deixa-se de parte eventual questão sobre exiguidade do prazo porque, se a crise é construída ao longo do tempo, não há como alegar-se que 60 dias é pouco tempo para propor medidas corretivas.

O plano deve, segundo o comando do inc. I, descrever de forma pormenorizada os meios escolhidos para a recuperação, sendo tais meios aqueles relacionados nos vários in-

Seção III Do plano de recuperação judicial

RACHEL SZTAMN

Nesta Seção discute-se o conteúdo do plano de recuperação judicial. Plano, no caso, é um projeto em que se prevêem operações ou meios destinados a debelar a crise da empresa. É, pois, um programa descrevendo ações voltadas para o saneamento da sociedade. Logo um conjunto de medidas que devem ser adotadas pelo administrador judicial em que estarão estruturadas as medidas operacionais a serem desenvolvidas ao longo de certo lapso temporal. Trata-se, pois, da proposta a ser apresentada pelo devedor aos credores em que se desenhe ou, no mínimo, estejam delineadas as ações que, ao reorganizar a atividade, recompor ou reformular a sociedade, possibilitarão sua continuidade. Plano é o detalhamento das medidas que, se aprovadas e corretamente previstas, facilitarão atingir o resultado esperado: a manutenção das atividades.

A elaboração do plano é crucial para que os credores possam avaliar as ações e medidas econômico-financeiro-administrativas de resgate da sociedade, forma de liquidação das obrigações, manutenção de empregos, enfim, de solução da crise. O plano é, em resumo, o elemento central para a análise da estratégia desenhada para o sucesso, ou não, da recuperação judicial.

Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência, e deverá conter:

- I - discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo;
- II - demonstração de sua viabilidade econômica; e
- III - laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, suscritos por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

Parágrafo único. O juiz ordenará a publicação de edital contendo aviso aos credores sobre o recebimento do plano de recuperação e fixando o prazo para a manifestação de eventuais objeções, observado o art. 55 desta Lei.

RACHEL SZTAMN

Curioso que o plano deva ser apresentado até 60 dias após a publicação da sentença que deferir o pedido de recuperação judicial, enquanto que outros documentos são exigidos desde logo. (art. 51). Também é curioso que outras providências sejam previstas, entre elas, a publicação de edital contendo resumo do pedido e relação nominal dos credores, o

cisos do art. 50 já comentados anteriormente. Recorde-se a possibilidade de combinação de vários dos meios e as dificuldades de garantir sua concretização.

O inc. II impõe seja demonstrada a viabilidade econômica do plano. Demonstrar significa evidenciar, comprovar, mostrar o que se pretende, ou seja, a viabilidade econômica do projeto. Viável é o que pode ser executado, que pode ser duradouro. Portanto, o que se requer é uma demonstração matemática, não jurídica, de que, aplicadas as medidas sanadoras desenhadas no plano, a crise será superada. Sem pretender polemizar, o que interessa, efetivamente, avaliar em qualquer projeto, são as premissas em que se assenta.

Imagine-se que o plano é um silogismo: premissa maior – a crise; premissa menor – o plano; conclusão: recuperação, ou não, da sociedade.¹⁹² Portanto, o que interessa é o conjunto de elementos informadores ou modeladores da premissa menor. Até porque a demonstração numérica da viabilidade segue as regras da aritmética: soma, subtração, multiplicação e divisão, operações elementares; sem qualquer formulação que vá além de recursos à álgebra primária, equações de primeiro grau.

Há quem diga que os credores, porque empresários, teriam facilidade no avaliar o plano de recuperação, mas que o magistrado deverá ter assessoria especializada. Nem sempre os credores têm habilitação para avaliar o plano. Melhor seria que se previsse que o devedor, excluídas as micro e pequenas empresas, apresentasse plano elaborado por especialistas e por eles subscritos. Os benefícios dessa política são evidentes: de um lado restringe-se a apresentação de planos miraculosos que, por terem alguma lógica interna, convenceriam os menos atentos a essas análises. De outro, porque elaborados por profissionais, a responsabilidade pessoal que sobre os signatários recair, inibe a apresentação de projetos cuja concretização seja onerosa em demasia.

O laudo econômico financeiro de avaliação dos bens e ativos do devedor deve ser elaborado por pessoa habilitada que responde pela informação. (inc. III). Duas questões: a) o que serão ativos que não sejam bens de titularidade do devedor? A conjugação aditiva, parece, deveria ser substituída por uma disjuntiva, isto é, bens ou ativos, supondo que ativos são os bens contabilizados, enquanto que há outros bens, imateriais, em geral, nem sempre objeto de representação nos balanços.

Quanto à exigência de que o laudo de avaliação seja subscrito por profissional legalmente habilitado ou por empresa especializada, o que se deveria impor é que fosse por tais pessoas elaborado. Isso evitaria que, como advogam alguns, fosse necessário criar toda uma corte de profissionais para assessorar os juízes. Elaborados e assinados por profissionais, os instrumentos – plano e avaliação de bens – teriam peso maior em função do que a veracidade do conteúdo seria presumida. A prova de eventuais irregularidades caberia a quem as arguisse e o juiz, até então, tomaria como veraz os dados que lhe fossem submetidos.

De supor que a responsabilidade pessoal do subscritor desses documentos inibirá a prestação de favores que o credor poderia solicitar a amigos espertos no mister. Boa técnica legislativa não deveria abrir flancos desse tipo para que deles se aproveitassem os mais ardilosos. Cabendo aos credores impugnarem os laudos, qual o evento seguinte? Devolver

¹⁹² Poder-se-á pensar que a crise é a premissa menor, o plano a premissa maior, ficando inalterada a conclusão. Bastaria inverter o argumento para chegar ao mesmo resultado.

o prazo para que o devedor substitua a avaliação ou a impugnação, implica rejeição do plano e, portanto, a decretação da falência?

Considerando que os documentos que devem acompanhar o plano são dele integrante, a impugnação de qualquer deles equivale à rejeição do plano, portanto, causa de falência. Pensando estratégias negociais, será que os credores, para pressionar o devedor, considerarão a hipótese de ameaçá-lo com a rejeição do plano ou a impugnação de qualquer das peças que o acompanham?

A recuperação judicial só terá êxito quando os interesses de todos os envolvidos forem equanimente contemplados. Qualquer benefício a um grupo poderá ser o estopim para o desmonte de toda uma estrutura negociada. Sem que o sistema esteja harmônico, nem sempre os resultados desejados serão atingidos.

O parágrafo único ao art. 53 trata de publicação de edital, novo edital, portanto mais um dispêndio que é dividido entre os credores. A unificação das publicações previstas neste parágrafo com a do § 1.º ao art. 52 não constituiria empecilho para a adequada informação aos credores. Nem a remissão ao art. 55 justifica dois editais referentes à crise de uma sociedade.

Se a norma não é eficaz porque não traz segurança para os credores, aumenta custos de transação na busca de prevenir-se contra certos efeitos.

Art. 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

Parágrafo único. O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

RACHEL SZTAIN

O artigo em comento dispõe de forma especial, sobre créditos trabalhistas e acidentários. Na esteira da legislação anterior, e porque os créditos decorrentes de relações de emprego têm natureza alimentar – deixa-se de lado alguns salários fora do padrão médio que podem ter natureza mista – curial que se dê prioridade a essas verbas em face de outros credores. Da mesma forma os créditos indenitários resultantes de acidente de trabalho, inclusive os *in itinere*, e nesses casos, é ainda mais evidente a razão, uma vez que o acidente poderá ser fonte de impossibilidade de exercer atividade laboral.

Pode-se supor que se trata de credores involuntários, isto é, de credores que, por alguma razão, não tinham opção para escolher outro empregador ou outro trajeto ou outra função. E, como credores involuntários, não porque hipossuficientes como dizem alguns. Não se trata de luta de classes, de espoliação, mas de cooperação em que alguma assimetria informacional é pressuposta, assimetria que torna uma das partes vulnerável em face da outra.

O prazo para liquidação dessas verbas, sem limitação do valor, não deve superar 12 meses, prazo esse contado da aprovação do plano, de supor. Se o prazo for contado a partir

de evento antecedente, o lapso temporal será menor do que o predispósito no *caput*. Questão que resta para responder tem que ver com a classificação das verbas salariais como alimentos. Se o empregado, embora não recebendo os salários no montante e nos prazos legais, mantém o vínculo, como é que sustenta a si e à família? Se o empregado pleiteia salários atrasados, mas está empregado em outra sociedade, será que as verbas ainda preservam sua natureza alimentar? Não que se deseje afastar a idéia de que o salário, além de ser o preço pago pela força de trabalho, se destina a prover o sustento do trabalhador e familiares. O que se questiona é a idéia de que qualquer verba salarial seja qualificada como valor destinado a alimentos e, portanto, deve-se privilegiar esse pagamento sobre os demais. Essa dúvida pode explicar a norma do parágrafo único que fixa em cinco salários mínimos por trabalhador, o montante a ser pago nos 30 dias após a aprovação do plano.

A restrição ao montante que deve ser desembolsado em curtíssimo prazo (30 dias) abrange tanto o valor por empregado quanto a natureza da obrigação. Apenas créditos de natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, devem ser pagos nesse prazo. Verbas indenatórias por acidentes de trabalho ou salários atrasados que superem o teto de cinco mínimos ficam sujeitos à regra geral que é serem pagos em até 12 meses.

Parece que o legislador entende que a parcela considerada alimentar corresponde ao máximo de cinco salários que não tenham sido pagos nos 3 meses que antecedem a conexão do pedido de recuperação judicial. Atrasos superiores a 3 meses não são computados para esse fim.

Nota-se, e a observação se destina a acautelar o leitor, que estão em curso debates sobre a esfera de competência da Justiça do Trabalho. Há questões que, até a aprovação da Emenda Constitucional de 8 de dezembro de 2004, estavam fora da competência da justiça especial. O alargamento da área de atuação da Justiça do Trabalho, que começa com a previsão de que relação de emprego e relação de trabalho têm mesmos efeitos, a discussão sobre dano moral no trabalho e o foro em que deve ser discutida, podem afetar a análise deste artigo que, redigido sob a égide da legislação anterior, se refere a relação de emprego, não trabalho.

A veracidade das informações que devem ser prestadas são, ainda, pressuposto para a não convalidação do pedido de recuperação em falência. Incorrções ou falsidades não são aceitas sob qualquer pretexto, dando ensejo à imposição de pena por crime de indução a erro.

Seção IV Do procedimento de recuperação judicial

Art. 55. Qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação da relação de credores de que trata o § 2º do art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. Caso, na data da publicação da relação de que trata o *caput* deste artigo, não tenha sido publicado o aviso previsto no art. 53, parágrafo único, desta Lei, contar-se-á da publicação deste o prazo para as objeções.

EDUARDO SECCHI MUNHOZ

Ao formular pedido de recuperação judicial, o credor deve apresentar uma relação de credores (art. 51, III)¹⁹⁹ que será publicada por meio de edital, tão logo o juiz defina o seu processamento (art. 52, § 1º, II). Em 15 dias da publicação desse edital, os credores podem apresentar ao administrador judicial seus pleitos em relação aos créditos (art. 7º, § 1º), iniciando-se, então, o prazo de 45 dias para que este elabore e faça publicar uma relação de credores (art. 7º, § 2º).

Assim, em 60 dias contados da decisão que deferir o processamento da recuperação, o administrador judicial deve publicar a relação de credores, os quais, segundo o art. 55, dispõem de 30 dias para manifestar ao juiz sua eventual objeção ao plano apresentado pelo devedor.

A escolha da data da publicação da relação de credores elaborada pelo administrador judicial (art. 7º, § 2º) como *dies a quo* do prazo para a impugnação do plano de recuperação indica que somente os credores constantes de tal relação têm legitimidade para apresentar a objeção. Essa regra é coerente com a que define a legitimidade para o exercício do voto na assembleia de credores (art. 39).

O credor eventualmente não incluído na relação publicada nos termos do art. 7º, § 2º, porém, pode obter o reconhecimento judicial da existência de seu crédito, ainda que por decisão liminar ou tutela antecipada, caso em que não parece haver dúvida quanto à sua legitimidade para impugnar o plano de recuperação. É o que se desprende da parte final do art. 39 da Lei, ao reconhecer o direito de voto na assembleia geral aos credores não incluídos no quadro geral ou na relação publicada pelo administrador judicial nos termos do art. 7º, § 2º, mas cujos créditos tenham sido habilitados por força de decisão judicial: "(...) acrescidas, em qualquer caso, das que estejam habilitadas na data da realização da assembleia ou que tenham créditos admitidos ou alterados por decisão judicial, in-

¹⁹⁹ Os artigos mencionados desacompanhados da respectiva menção legislativa integram a Lei nº 11.101/2005.